

1. INTERPRETAÇÃO

1.1. INTERPRETAÇÃO CONJUNTA

ESTE REGULAMENTO DEVE SER LIDO E INTERPRETADO EM CONJUNTO COM SEUS ANEXOS E APÊNDICES, SE HOUVER, E É REGIDO PELA RESOLUÇÃO CVM Nº 175, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2022, CONFORME ALTERADA, BEM COMO PELO SEU ANEXO NORMATIVO I (“RESOLUÇÃO”), SEM PREJUÍZO DAS DEMAIS NORMAS E DIRETRIZES REGULATÓRIAS E DA AUTORREGULAÇÃO.

Exceto se expressamente disposto de forma contrária, os termos utilizados neste Regulamento terão o significado atribuído na regulamentação em vigor ou o significado atribuído no Regulamento, Anexos e Apêndices, quando houver.

1.2. TERMOS DEFINIDOS

As menções a classes de investimento, ou “CI”, e classes de investimento em cotas de classes de investimento, ou “CIC-CI”, também abarcarão os fundos de investimento e os fundos de investimento em cotas de fundos de investimento.

1.3. ORIENTAÇÕES GERAIS

Este Regulamento dispõe sobre informações gerais do Fundo e comuns às suas Classes e Subclasses, quando houver.

Cada Anexo que integra o presente Regulamento dispõe sobre informações específicas de cada Classe, e comuns às respectivas Subclasses, quando houver.

Cada Apêndice que integra o Anexo de determinada Classe dispõe sobre informações específicas da respectiva Subclasse, quando houver.

1.4. INTERPRETAÇÃO E ORIENTAÇÃO TRANSITÓRIA

Este Regulamento foi construído considerando que o Fundo poderá ter diferentes classes e/ou subclasses de cotas no futuro, observados os termos da Resolução. Por esse motivo, na interpretação deste Regulamento, termos como “Classe”, “Anexo”, “Subclasse” e “Apêndice” com a letra inicial maiúscula, quando no plural, em conjunto com outros termos indicativos de multiplicidade de classes e/ou subclasses, devem ser interpretados no singular enquanto não houver diferentes classes e/ou subclasses no Fundo.

2. PRESTADORES DE SERVIÇOS

2.1. ADMINISTRADOR

S3 CACEIS BRASIL DTVM S.A.

CNPJ: 62.318.407/0001-19

Endereço: Rua Amador Bueno, nº 474, Andar 1 Bloco D, Santo Amaro, CEP: 04.752-901, São Paulo – SP.

2.2. GESTOR

Ato Declaratório CVM nº 11.015, de 29 de abril de 2010
Além dos serviços de administração fiduciária, o Administrador também prestará os seguintes serviços às Classes do Fundo:

- a) Tesouraria, controle e processamento dos ativos;
- b) Escrituração de cotas; e
- c) Custódia.

POLO CAPITAL GESTAO DE RECURSOS LTDA.

CNPJ: 05.451.668/0001-79

Endereço: Avenida Ataulfo de Paiva, nº 204, Salas 1001 a 1010, Leblon, CEP: 22.440-033, Rio de Janeiro – RJ.

Ato Declaratório CVM nº 7.162, de 19 de março de 2003.

Caso o Gestor contrate cogestor para a gestão de ativos da Classe, as informações do respectivo Cogestor estarão descritas diretamente no Anexo da respectiva Classe, assim como o seu mercado específico de atuação.

2.3. RESPONSABILIDADE DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS E AFERIÇÃO DA RESPONSABILIDADE

A responsabilidade de cada Prestador de Serviços perante o Fundo, Classes, Subclasses (conforme aplicável) e demais prestadores de serviços é individual e limitada, exclusivamente, ao cumprimento dos respectivos deveres, aferíveis conforme previsto na Resolução, neste Regulamento, seus Anexos e Apêndices (conforme aplicável) e, ainda, no respectivo contrato de prestação de serviços.

A avaliação da responsabilidade dos Prestadores de Serviços deverá levar sempre em consideração os riscos inerentes às aplicações nos mercados de atuação do Fundo e Classes respectivas, bem como o fato de que os serviços são prestados em regime de melhores esforços e como obrigação de meio.

Cada Prestador de Serviços responderá, individualmente, somente por danos diretos decorrentes de seus próprios atos e omissões contrários à lei, ao Regulamento ou à regulamentação vigente, devidamente comprovados por decisão judicial ou arbitral transitada em julgado, sem solidariedade com os demais prestadores de serviços.

3. ESTRUTURA DO FUNDO

3.1. Prazo de Duração do Fundo: Indeterminado

3.2. Estruturação do Fundo: Classe única

3.3. Exercício Social do Fundo: Término no último dia do mês de dezembro de cada ano civil.

4. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

4.1. Cada Classe de Cotas conta com um patrimônio próprio segregado e seguirá uma política de investimentos específica. A política de investimentos a ser observada pelo Gestor, com relação a cada Classe, está indicada no respectivo Anexo. Todos os limites de investimento serão indicados e deverão ser interpretados com relação ao patrimônio líquido da Classe correspondente.

5. FATORES DE RISCO COMUNS ÀS CLASSES

5.1. Os fatores de risco a seguir descritos são comuns a todas as Classes do Fundo, sendo aplicáveis, portanto, a todas as Classes indistintamente, e independem de suas respectivas categorias e características individuais. Os fatores de risco específicos de cada Classe, notadamente em decorrência de sua respectiva política de investimento e demais características individuais, poderão ser encontrados no respectivo Anexo.

a) RISCO NORMATIVO

Alterações legislativas, regulatórias ou de interpretação das normas às quais se sujeitam o Fundo, as Classes e/ou as Subclasses e os Cotistas

podem acarretar relevantes alterações na estrutura do Fundo e das Classes, bem como na Carteira da Classe, tais como, exemplificativamente, a liquidação de posições mantidas, independentemente das condições de mercado, bem como mudança nas regras de ingresso e saída de cotistas, dentre outras.

b) RISCO JURÍDICO

A adoção de interpretações por órgãos administrativos e pelo poder judiciário que contrastem com as disposições deste Regulamento, Anexos e Apêndices poderão afetar negativamente o Fundo, a Classe, a Subclasse e os Cotistas, independentemente das proteções e salvaguardas estabelecidas nestes documentos, incluindo, mas não se limitando, nas perspectivas regulatória e fiscal. Este Regulamento, Anexos e Apêndices, quando houver, foram elaborados em conformidade com a legislação vigente, especialmente o Código Civil (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada) e a Resolução. Contudo, a jurisprudência a respeito das inovações trazidas pelo Código Civil no que tange à indústria de fundos de investimento, notadamente, com relação à limitação de responsabilidade dos cotistas e dos prestadores de serviço, bem como da segregação de patrimônio líquido entre as classes dos fundos de investimento, está em construção e sujeita a alterações que podem impactar as disposições dos referidos documentos.

c) SEGREGAÇÃO PATRIMONIAL

Nos termos do Código Civil e conforme regulamentado pela Resolução, cada Classe constitui um patrimônio segregado para responder por seus próprios direitos e obrigações. Não obstante, procedimentos administrativos, judiciais ou arbitrais relacionados a obrigações de uma Classe poderão afetar o patrimônio de outra Classe caso sejam proferidas sentenças, interpretações administrativas ou decisões que não reconheçam o regime de segregação e independência patrimonial entre classes de fundos de investimentos.

6. DESPESAS COMUNS ÀS CLASSES

6.1. As despesas a seguir descritas constituem encargos passíveis de serem incorridos pelo Fundo e/ou individualmente pelas Classes. Ou seja, qualquer das Classes poderá incorrer isoladamente em tais despesas, sendo que estas serão debitadas diretamente do patrimônio da Classe sobre a qual incidam. Por outro lado, quando as despesas forem atribuídas ao Fundo como um todo, serão rateadas proporcionalmente entre as Classes e delas debitadas diretamente. Quaisquer contingências incorridas pelo Fundo observarão os parâmetros acima para fins de rateio entre as Classes ou atribuição a determinada Classe. Adicionalmente, despesas e contingências atribuíveis a determinada(s) Subclasse(s) serão exclusivamente alocadas a esta(s).

- a) Taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo, Classe e/ou Subclasse.
- b) Despesas com o registro de documentos, impressão, expedição e publicação de relatórios e informações periódicas previstas na legislação em vigor.
- c) Despesas com correspondência de interesse do Fundo, Classe e/ou Subclasse, inclusive comunicações aos Cotistas.
- d) Honorários e despesas do Auditor Independente.
- e) Emolumentos e comissões pagas por operações da Carteira de ativos.
- f) Despesas com a manutenção de ativos cuja propriedade decorra de execução de garantia ou de acordo com devedor.
- g) Honorários de advogado, custas e despesas processuais correlatas, incorridas em razão de defesa dos interesses do Fundo, Classe e/ou Subclasse, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação imputada, se for o caso.

- h) Gastos derivados da celebração de contratos de seguro sobre os ativos da Carteira, assim como parcela de prejuízos da Carteira não coberta por apólices de seguro e não decorrente diretamente de culpa ou dolo dos prestadores dos serviços no exercício de suas respectivas funções.
- i) Gastos relativos à convocação, instalação, realização e formalização de assembleia geral ou especial de cotistas, e a remuneração dos membros dos comitês ou conselhos destinados a fiscalizar ou supervisionar os Prestadores de Serviços Essenciais, incluindo os gastos relativos à convocação, instalação, realização e formalização de reuniões dos referidos comitês ou conselhos.
- j) Despesas com fechamento de câmbio, vinculadas às operações da Carteira de ativos.
- k) Despesas com liquidação, registro e custódia de operações com ativos da Carteira.
- l) Despesas relacionadas ao exercício de direito de voto decorrente de ativos da Carteira.
- m) Despesas inerentes à constituição, fusão, incorporação, cisão, transformação ou liquidação do Fundo, Classe e/ou Subclasse.
- n) Honorários e despesas relacionados à atividade de formador de mercado.
- o) Royalties devidos pelo licenciamento de índices de referência, cobrados de acordo com contrato estabelecido entre o Administrador e a instituição que detém os direitos sobre o índice.
- p) Gastos da distribuição primária de Cotas e despesas inerentes à admissão das Cotas à negociação em mercado organizado.
- q) Taxa de Administração e Taxa de Gestão, incluindo parcelas destinadas ao pagamento de prestadores de serviços contratados.
- r) Taxa de Performance.
- s) Montantes devidos a classes investidoras na hipótese de acordo de remuneração com base na (e limitados à) Taxa de Administração, Taxa de Gestão e/ou Taxa de Performance, observado o disposto na regulamentação vigente.
- t) Taxa Máxima de Distribuição.
- u) Taxa Máxima de Custódia.
- v) Despesas decorrentes de empréstimos contraídos em nome da Classe.
- w) Contratação de agência de classificação de risco de crédito.

7. ASSEMBLEIAS DE COTISTAS

7.1. ASSEMBLEIAS DE COTISTAS

As matérias que demandarão a convocação de Assembleia de Cotistas serão convocadas, pelo Administrador, de acordo com o interesse do Fundo e/ou da Classe, conforme o caso, para a participação dos respectivos cotistas do Fundo e/ou de cada Classe que constem do registro junto ao Administrador.

As matérias que sejam de interesse comum de Cotistas de todas as Classes e Subclasses demandarão a convocação de Assembleia Geral de Cotistas e permitirão a participação de todos que constem do registro de cotistas junto ao Administrador.

As matérias que sejam de interesse específico de uma determinada Classe demandarão a convocação de Assembleia Especial de Cotistas.

O Gestor, custodiante e o grupo de cotistas que tenha, no mínimo 5% (cinco) por cento do total das cotas emitidas, podem convocar, a qualquer tempo, a assembleia de cotistas, desde que observados todos os requisitos de comunicação do pedido de convocação ao Administrador, conforme estabelecidos na regulamentação.

**7.2. FORMA DE
REALIZAÇÃO DAS
ASSEMBLEIAS DE
COTISTAS**

A critério exclusivo dos Prestadores de Serviços Essenciais, as Assembleias de Cotistas poderão ser realizadas de modo total ou parcialmente eletrônico. Neste sentido, os Cotistas poderão se manifestar por meio eletrônico, sendo admitidos e-mails oriundos de endereço previamente cadastrados, documentos assinados eletronicamente, ou a utilização de plataformas ou sistemas disponibilizados pelo Administrador, conforme especificado na convocação.

7.3. CONSULTA FORMAL

A critério exclusivo dos Prestadores de Serviços Essenciais, a deliberação sobre matérias de competência da Assembleia de Cotistas, sejam elas Gerais ou Especiais, poderá ser tomada mediante o processo de consulta formal, por meio físico e/ou eletrônico assinados eletronicamente, ou a utilização de plataformas ou sistemas disponibilizados pelo Administrador, conduzida nos termos da regulamentação em vigor, sem a necessidade de reunião dos Cotistas.

**7.4. COMPETÊNCIA DA
ASSEMBLEIA GERAL DE
COTISTAS**

Compete privativamente à Assembleia Geral de Cotistas deliberar sobre a alteração da seção comum do Regulamento.

As matérias de competência de Assembleia Especial de Cotistas estarão indicadas no Anexo de cada Classe.

**7.5. QUÓRUNS DA
ASSEMBLEIA GERAL DE
COTISTAS**

As deliberações da Assembleia Geral de Cotistas serão todas tomadas por maioria dos votos dos Cotistas presentes.

8. DISPOSIÇÕES GERAIS**8.1. CRIAÇÃO DE CLASSES
E SUBCLASSES**

Os Prestadores de Serviços Essenciais poderão, de comum acordo e a seu critério exclusivo, criar novas Classes e Subclasses no Fundo, contanto que não restrinjam os direitos atribuídos às Classes e Subclasses existentes.

8.2. COMUNICAÇÃO

Todas as correspondências aos Cotistas serão enviadas exclusivamente por meio eletrônico, ao endereço informado pelo Cotista em seu cadastro. Cabe ao Cotista manter o seu cadastro atualizado.

Nas situações em que se faça necessário “atestado”, “ciência”, “manifestação” ou “concordância” dos Cotistas, a coleta se dará por meio eletrônico, nos canais disponibilizados pelo Administrador.

Todos os contatos e correspondências entre Administrador e Cotista poderão ser gravados e utilizados para quaisquer fins de direito, incluindo, mas não se limitando, para defesa em procedimentos administrativos, judiciais e arbitrais.

**8.3. PROTEÇÕES
CONTRATUAIS**

O investimento em Cotas não é garantido pelo FGC – Fundo Garantidor de Crédito.

O investimento em Cotas não é garantido, de forma alguma, pelo Administrador, Gestor, ou qualquer outro prestador de serviços do Fundo.

O investimento em Cotas não conta com qualquer tipo de cobertura de seguro.

9. CANAIS DE ATENDIMENTO AO COTISTA

SAC: **4004-4412** para capital e regiões metropolitanas e
0800 722 4412 para demais regiões

**9.1. SERVIÇO DE
ATENDIMENTO AO COTISTA
- ADMINISTRADOR**

E-mail: sc_faleconosco@s3caceis.com.br
Ouvidoria: **0800 723 5076** / sc_ouvidoria@s3caceis.com.br
Atendimento: De 2ª a 6ª feira, das 9h às 18h, exceto feriados
Atende pessoas com deficiência auditiva e de fala no
sc_ouvidoria@s3caceis.com.br
Website: <https://www.s3dtvm.com.br>

10. SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

10.1. Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias advindas deste Regulamento.

1. INTERPRETAÇÃO

1.1. INTERPRETAÇÃO CONJUNTA	ESTE ANEXO DEVE SER LIDO E INTERPRETADO EM CONJUNTO COM SEU REGULAMENTO, APÊNDICES, SE HOUVER, E A REGULAMENTAÇÃO EM VIGOR APLICÁVEL AOS FUNDOS DE INVESTIMENTO, NOTADAMENTE O ANEXO NORMATIVO I DA RESOLUÇÃO.
1.2. TERMOS DEFINIDOS	Exceto se expressamente disposto de forma contrária, os termos utilizados neste Anexo terão o significado atribuído na regulamentação em vigor ou o significado atribuído no Regulamento e Apêndices, quando houver. Todas as palavras, expressões e abreviações utilizadas no Anexo, Regulamento e Apêndices, quando houver, com as letras iniciais maiúsculas, referem-se a este Fundo, Classe e/ou Subclasse, conforme aplicável. As menções a classes de investimento, ou “CI”, e classes de investimento em cotas de classes de investimento, ou “CIC-CI”, também abarcarão os fundos de investimento e os fundos de investimento em cotas de fundos de investimento.
1.3. ORIENTAÇÕES GERAIS	O Regulamento dispõe sobre informações gerais do Fundo e comuns às suas Classes. Este Anexo que integra o presente Regulamento dispõe sobre informações específicas de cada Classe, e comuns às respectivas Subclasses, quando houver. O Apêndice que integra o Anexo dispõe sobre informações específicas de cada Subclasse, quando houver.

2. CARACTERÍSTICAS DA CLASSE

2.1. PÚBLICO-ALVO	Investidor Qualificado
2.2. RESPONSABILIDADE DOS COTISTAS	Limitada ao valor de suas Cotas subscritas.
2.3. REGIME CONDOMINIAL	ABERTO

2.4. PRAZO DE DURAÇÃO | Indeterminado.

2.5. SUBCLASSES

A Classe poderá contar com Subclasses com características distintas, regidas por seus respectivos Apêndices, podendo ser diferenciadas por (i) prazos e condições de aplicação, amortização e resgate, (ii) taxas de administração e gestão, taxas máximas de distribuição, taxas de performance, taxas máximas de custódia, taxas de ingresso e taxas de saída, (iii) atribuição de encargos especificamente relacionados àquela Subclasse, (iv) público-alvo, e (v) outros direitos econômicos e direitos políticos.

3. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

3.1. OBJETIVO

Investir em ativos financeiros e/ou modalidades operacionais que envolvam diversos fatores de risco, sem o compromisso de concentração em qualquer fator em especial, observadas as disposições da política de investimento abaixo.

A principal forma de análise de seus ativos financeiros é a fundamentalista, ainda que métodos quantitativos possam ser utilizados numa parcela da Carteira com o objetivo de diversificá-lo por estratégias. O principal enfoque da análise é em valor. Crescimento é uma variável importante, porém, deve ser adquirido a baixo custo. A análise é eminentemente microeconômica, sendo a abordagem macro utilizada apenas na avaliação geral da Carteira, para verificar sua consistência interna e vulnerabilidade às tendências político-econômicas.

A Classe, no curso de suas atividades, incorre tanto em risco de mercado quanto em risco específico. Primariamente, a Classe investe em risco específico e, portanto, tem uma exposição líquida (posição agregada comprada ou vendida) pequena durante a maior parte do tempo. Assim, a rentabilidade da Classe depende em maior escala da seleção de ativos financeiros que dos movimentos gerais do mercado.

Valor Relativo: A Classe busca exposição ao risco específico de companhias semelhantes (sendo a semelhança considerada em função do setor econômico, área geográfica de atuação e grau de alavancagem) ou de diferentes ativos financeiros da mesma companhia que tenham significativas discrepâncias na sua valorização. Esta estratégia resulta em uma Carteira de ações neutra a movimentos gerais de mercado que é composta tanto por posições longas como vendidas a descoberto.

Enquanto estratégia de investimentos, o valor relativo pode ser subdividido nas seguintes subcategorias:

3.2. ESTRATÉGIA

a. - **“Pair Trading”:** Em geral são operações de convergência/divergência. Busca-se companhias operacionalmente semelhantes com significativas diferenças na sua precificação. O resultado da operação advém de uma mudança na percepção de valor das companhias pelos agentes de mercado, quando então os valores de mercado destas empresas convergem/divergem.

a.1 **“Spread” Intrasetorial:** Refere-se a “pair trades” nos quais as empresas pertencem ao mesmo setor. É em geral o tipo de operação mais comum na Carteira. Nesta estratégia, riscos macro e setoriais são em sua maioria eliminados, restando basicamente risco específico.

a.2 – **“Spread” Inter Setorial:** Nesse caso o risco setorial não é eliminado porque as companhias do par são de setores

econômicos distintos. Assumir risco setorial pode ser desejável em função de mudanças macroeconômicas que beneficiem claramente um certo setor vis a vis outro, ou em situações em que certos eventos possam levar um certo setor a sofrer prejuízos significativos.

b. – **Arbitragem de Estrutura de Capital:** Refere-se às operações que exploram ineficiências na precificação de ativos financeiros da mesma companhia ou de companhias relacionadas entre si por participações acionárias.

b.1 – **“Holding” – Subsidiária Única:** Esta é uma arbitragem perfeita. As companhias são idênticas, uma é dona da outra, e todos os seus demais ativos financeiros são caixa ou dívida, mas existem grandes diferenças na sua precificação.

b.2 – **“Holding” – Diversas Subsidiárias:** Neste caso, a holding detém outros investimentos no seu balanço, além da(s) subsidiária(s) listada(s) de tal forma que a arbitragem perfeita não pode ser constituída. Portanto, esta estratégia resulta na criação sintética de um novo ativo, não listado. Existe uma oportunidade caso este ativo implícito tenha uma precificação extremamente baixa ou alta. Os riscos setoriais e de mercado resultantes desta transação podem ser hedgeados através de outras companhias semelhantes, gerando um “pair trade” clássico tal qual o descrito anteriormente.

b.3 – **Classe de Ações:** Trata-se de arbitrar diferenças na precificação de diferentes classes de ações não justificáveis por seus respectivos direitos estatutários ou pela sua liquidez.

c – **Eventos Especiais ou Discretos:** Relacionam-se a situações de mudança rápida e profunda. Essas mudanças em geral requerem tempo para sua compreensão por todos os agentes do mercado e assim oferecem oportunidade de retornos anormais. O pressuposto é que o mercado na prática é ineficiente e mudanças profundas na situação ou no perfil de companhias levam tempo para serem compreendidas e precificadas. Essa categoria subdivide-se em:

c.1 – **“Risk Arb”:** Inclui assumir os riscos de conclusão de operações propostas a acionistas como ofertas de compra em dinheiro ou ofertas de troca de ações.

c.2 – **Reorganizações:** Inclui assumir riscos relacionados a eventos propostos ou efetivados que mudam significativamente o perfil da(s) empresa(s) em questão. Essas situações normalmente se relacionam a concordatas, aquisições, desinvestimentos ou “spin-offs”.

d – **Arbitragem de Dívida Conversível:** A Classe buscará oportunidades também em ativos financeiros de dívida com a opção de conversão em ações. Devido a menor liquidez desses títulos e ao seu prazo longo, em geral, eles permitem comprar volatilidade de longo prazo a um custo reduzido. Arbitragem de dívida conversível é um segmento de mercado grande no G3, mas pequeno em mercados emergentes.

e. – **Fatores chave de sucesso em operações de valor relativo:**

- Entender os motivos da discrepância.
- Avaliar o “downside”.
- Identificar catalisadores de uma eventual mudança de percepção (ainda que eles não sejam pré-requisitos absolutamente indispensáveis para execução da operação)

- Construir adequadamente os possíveis cenários de desdobramento da situação.
- Em certos casos, rapidez de compreensão do novo cenário e de implementação da operação.

f. - **Resultado Esperado:**

- Baixo grau de risco de mercado uma vez que o resultado destas operações não tem qualquer vinculação com os retornos do mercado. O resultado independe de o mercado subir ou cair.
- Alto grau de risco específico. Seu impacto na volatilidade total da Carteira é controlado através da diversificação por estratégias e setores.
- Baixa correlação com outros eventos e investimentos da Carteira
- Alta probabilidade de sucesso do investimento em virtude da forte lógica das proposições.

g. - **Valor Absoluto:** Essa estratégia compreende assumir o risco total relativo a uma certa empresa. Riscos de Mercado e setorial não são “hedgeados” como na estratégia de valor relativo. Assumir risco de mercado é uma boa opção quando além da empresa que se deseja incluir na Carteira negociar uma taxa de retorno implícita elevada, também as empresas do mesmo setor, que serviriam de “hedge” para o risco de mercado, estiverem na mesma situação. Vendê-las a descoberto significaria financiar a aquisição da empresa desejada com recursos caros (dado pela taxa de retorno implícita da ação que seria vendida a descoberto). A análise do “downside” do investimento, cujo risco de mercado não está sendo “hedgeado”, ou a sua margem de segurança são os principais instrumentos de decisão acerca da adição de risco de mercado à Carteira.

h. - O Gestor tem parâmetros de avaliação rígidos para investir em risco total (risco de mercado + risco específico), portanto, é muito provável que eles sejam atingidos em épocas de crise ou enorme euforia nos mercados. Estes momentos em geral estão relacionados ao aumento significativo da volatilidade em relação ao seu patamar histórico. Logo, é de se esperar que nestes momentos a correlação do desempenho da Classe com índices seja maior uma vez que:

- (i) Historicamente, a diversificação de ativos financeiros em momentos de crise/euforia funciona menos adequadamente do que seria esperado nos modelos de finanças. O aumento na correlação entre todos os ativos financeiros diminui os benefícios da diversificação e, por conseguinte, a Carteira passa a comportar-se mais proximamente ao mercado como um todo.
- (ii) Tais ocasiões no passado têm oferecido oportunidades de retornos que justificam os fatores de risco adicionais incorridos. Em ocasiões de “crash” é possível abandonar o “hedge” em posições vendidas e “sobrar” com posições longas em preços absolutos que resultam em taxas esperadas de retorno elevadas. Desafiar o consenso e a histeria coletiva baseados na análise fria dos fatos tem gerado, ao longo dos anos, em todo o mundo, retornos excepcionalmente elevados. Adquirir risco absoluto nessas condições de mercado é conhecido como “contrarian investing”.
- (iii) O principal conceito de investimento desta estratégia reside em aceitar mais volatilidade de curto prazo na Carteira em troca de um retorno proporcional, enquanto ao mesmo tempo, limitam-se os riscos de médio prazo, ou a perda permanente de capital.

i. - **Fatores chave do sucesso em operações de valor absoluto:**

- “Contrarian Investing” é uma estratégia equivalente a “vender volatilidade”. Por conseguinte, a gestão do risco e um bom “timing” são essenciais.

- Minimização do risco de perda permanente de capital.
- Constituição de “hedges” para cenários extremos.

j. - **Resultado esperado:**

- Maior correlação da Carteira com juros e índice de bolsa.
- Maior volatilidade no período.
- Maior retorno.

k. - **“Trading” Quantitativo:** Esta estratégia consiste em utilizar modelos matemáticos para explorar anomalias do mercado. Muitos desses modelos são baseados em padrões históricos recorrentes. O histórico de cotações é submetido a uma análise estatística a qual revela certos parâmetros os quais formam a base do modelo de operações. Esta estratégia não foi muito testada em mercados emergentes, especialmente porque eles são menores e, portanto, sua liquidez mais restrita adiciona muitas restrições à modelagem e a operacionalização dos modelos.

l. - **Fatores chave de sucesso em operações quantitativas:**

- Qualidade dos modelos.
- Diversificação numa ampla base de eventos e segmentos do mercado.

m. - **Resultado Esperado:**

- Volatilidade reduzida nessa parte da Carteira.
- Baixa correlação com demais segmentos da Carteira, reduzindo volatilidade geral.
- Retornos ajustados ao risco acima da média.

II. DA METODOLOGIA DE INVESTIMENTO

O conceito de investimento da Classe é capitalizar em ineficiências do mercado. Elas são identificadas através de pesquisa intensiva feita de “baixo para cima”. Após o levantamento de todas as opções de investimentos e ideias de combinações é possível comparar as relações de risco-retorno. Assim, define-se uma combinação que assegure complementaridade entre as operações, maximizando o risco-retorno da Carteira. Esse processo de investimento é dinâmico, flexível e adaptável caso a caso. Assim sendo, os processos descritos abaixo são apenas referências da abordagem do Gestor aos investimentos da Classe

Os pré-requisitos para a análise:

Conhecimento da indústria em escala mundial. Isso envolve conhecer os principais “players”, suas estratégias, seus últimos movimentos, sua condição financeira e sua área de atuação. Além disso, conhecer a história da indústria nos últimos dez a vinte anos, entender as suas tendências e sua dinâmica atual.

Análise Quantitativa:

- Ela pretende avaliar a companhia enquanto uma operação em continuidade tanto em bases absolutas – valor do fluxo de caixa descontado – quanto em bases comparativas – análise de múltiplos. Simultaneamente analisar a companhia também em uma base de descontinuidade ou valor de ativos financeiros
- “breakout value”. As partes mais importantes da análise quantitativa são:
 - Análise das demonstrações financeiras, incluindo os itens fora de balanço. Entender como a empresa “ganha dinheiro”.
 - Fluxo de caixa projetado. Avaliação dos investimentos de capital no futuro. Taxa de reinvestimento dos fluxos retidos (taxa marginal de retorno do investimento) e taxa de retorno sobre capital investido.

- Avaliação da força financeira e liquidez. Consistência das receitas, capacidade de geração de caixa e seu crescimento e resiliência.
- Avaliação do custo de reposição dos ativos financeiros fixos e dos investimentos em ativos financeiros de liquidez e passivos a valores de mercado.
- Taxa implícita de retorno do investimento e comparação com os retornos proporcionados pelas taxas de juros.
- “Equity duration” – como fluxos de caixa futuros estão distribuídos ao longo do tempo.

Análise Qualitativa:

Entrevista e avaliação da gerência e da qualidade dos recursos humanos da empresa. Identificação da estratégia da empresa (para onde vão seus recursos, crescimento) e seu posicionamento. Avaliação 360° graus. Inquisições junto aos fornecedores, clientes, especialistas da indústria e competidores. Se possível, com funcionários fora do círculo da alta gerência. Avaliação dos produtos e serviços prestados.

O Processo de Investimento:

O primeiro levantamento de opções de investimentos envolve análise quantitativa e qualitativa das companhias em um certo setor econômico. Após esse estudo inicial, os candidatos a compras e vendas a descoberto surgem naturalmente. Nessa etapa depende-se não somente de pesquisa interna como da externa também. O ponto de partida são os números projetados por pesquisa externa porque se deseja trabalhar nessa etapa com os dados que o mercado está esperando. Se houver consenso a respeito dessas projeções, elas são tomadas como corretas. Caso não haja, ou seja, se houver muita dispersão nas expectativas, é feita uma pesquisa adicional visando chegar em projeções consideradas adequadas como reflexo de expectativas do mercado. É dada especial atenção às premissas sobre as quais as expectativas estão construídas.

A etapa seguinte é a mais importante do processo. Trata-se da construção de cenários a partir das projeções. Parte-se das perguntas:

- Quais premissas podem não ser confirmadas no futuro?
- Onde e quando é possível que as coisas corram diferentemente do esperado?

A partir destes cenários, que incorporam eventos de razoável probabilidade, reconstroem-se as projeções de forma a analisar como elas ficariam caso houvesse mudanças nas premissas das projeções do mercado. O objetivo desse processo é comprar opções (ficar longo em volatilidade) de mudança de expectativas. Consequentemente, construir uma Carteira de operações que tenha “downside” reduzido, ou mesmo uma pequena perda esperada, e uma probabilidade razoável de grande apreciação. Acredita-se que em geral os ativos financeiros estão razoavelmente bem precificados para as expectativas correntes. As grandes oportunidades aparecem quando o mercado muda as expectativas a respeito do futuro de uma determinada companhia ou setor.

Construção da CARTEIRA:

Sendo o processo de seleção de ações feito eminentemente de “baixo pra cima”, a construção da Carteira consiste em assegurar que as operações formem um conjunto diversificado e assim produzam benefícios além de suas qualidades individuais. Na prática, o processo é dinâmico e rápido para que se mantenha flexibilidade. A decisão de inclusão na Carteira e uma alocação mínima podem ser feitas antes mesmo de completadas todas as etapas de análise, descritas no processo de investimento. À medida que a pesquisa prosseguir e os

dados justificarem maior alocação de recursos, a posição é aumentada até chegar ao seu tamanho alvo, o qual é definido no curso do processo de análise. O tamanho alvo é definido levando em conta o mérito individual da operação e também as necessidades de diversificação da Carteira. Alternativamente, se as expectativas iniciais não forem confirmadas, a posição é desfeita. O horizonte de investimento utilizado é de 6 (seis) meses a 1 (um) ano. Entretanto ao longo do período em que a posição fizer parte da Carteira, sua atratividade, em relação a outras oportunidades de investimento, será revisada e a posição poderá ser mantida durante mais tempo, caso se entenda que ela ainda oferece perspectiva atraente de retorno.

III. PERFIL DA CARTEIRA

O perfil dos candidatos à compra: As categorias de ações nas quais o Gestor procura a maior parte dos seus candidatos à compra são de “ações de valor” e ações de crescimento com custo razoável. Isto pode ser encontrado em:

- Companhias em reestruturação ou passando por significativas mudanças, com catalisadores visíveis.
- Empresas maduras, geradoras de caixa e esquecidas ou negligenciadas. Nesse caso a avaliação dos destinos dados ao caixa gerado é o principal foco.
- Empresas em dificuldades, com péssima gerência e posicionamento estratégico ruim, mas com chances razoáveis de mudança ou troca de controle.
- Companhias estáveis, rentáveis, com posicionamento estratégico adequado e sustentável, negociando a preços razoáveis.

O perfil dos candidatos à venda a descoberto: A posição vendida em muitos dos casos é analisada em relação ao seu “par” longo. Assim sendo, uma empresa pode ser vendida a descoberto não porque suas perspectivas são negativas, mas porque ela permite executar o “hedge” de certos fatores de risco que não são desejáveis e que serão incorridos na aquisição de uma certa posição longa. Portanto, companhias perfeitamente saudáveis, com boa gerência e crescimento poderão ser vendidas a descoberto caso se julgue que esses fatores estão devidamente refletidos nos seus preços de negociação. Busca-se candidatos à venda a descoberto entre:

- companhias com demonstrativos financeiros questionáveis e/ou contabilidade “agressiva”.
- Modelo de negócios inadequados e/ou posicionamento estratégico vulnerável, sem barreiras de entrada à concorrência.
- Companhias vulneráveis a certas mudanças no cenário macro. Nesse caso, a situação é analisada à luz da CARTEIRA como um todo.
- Companhias com valorização “premium” excessiva ou inadequada.

Investimentos Improváveis:

- Negócios ou setores nos quais o Gestor não dispõe de “expertise”.
- Companhias com crescimento muito elevado de receitas/lucros, mesmo que negociando em múltiplos elevados.
- Índices como instrumentos para criar exposição comprada ou vendida. A habilidade do Gestor reside em selecionar risco específico, logo a preferência é por ações como instrumento de exposição.

Reavaliação da CARTEIRA:

A CARTEIRA é revisada pelo Gestor ao menos semanalmente para verificar a sua consistência interna e suscetibilidade a riscos

macroeconômicos, setoriais e de mercado. Tais revisões destinam-se, sobretudo a visualizá-lo de forma macro.

3.3. TRATAMENTO TRIBUTÁRIO

A classe buscará manter a carteira com tributação de renda variável nos termos da legislação aplicável. No entanto, o Administrador e o Gestor não garantem aos cotistas da Classe qualquer resultado, mesmo que de natureza fiscal.

3.4. INTERPRETAÇÃO

Os limites previstos nos quadros “Limites de Concentração por Emissor”, “Limites de Concentração por Modalidade” e “Outros Limites” devem ser interpretados conjuntamente.

3.5. CONSOLIDAÇÃO

Os investimentos em cotas de outras classes de investimento são consolidados para fins dos limites previstos nesta política de investimentos., exceto se geridos por terceiros não ligados ao Gestor, se cotas de classes de fundos de investimento de índice (“ETF”) negociadas em mercado organizado, ou se reguladas por anexo normativo à Resolução que não seja aplicável aos FIF e, portanto, distinto daquele que regula a Classe.

3.6. LIMITES DE CONCENTRAÇÃO POR EMISSOR

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, EXCETO AÇÕES	20%
COMPANHIA ABERTA E ASSEMBLHADAS, EXCETO AÇÕES	10%
BDR - AÇÕES	10%
SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO SUBSIDIÁRIA INTEGRAL DE COMPANHIA SECURITIZADORA REGISTRADA NA CATEGORIA S2	10%
CLASSE DE INVESTIMENTO E CLASSE DE INVESTIMENTO EM COTAS	Ilimitado
UNIÃO FEDERAL	Ilimitado
PESSOA NATURAL OU JURÍDICA NÃO CONTEMPLADA ACIMA, EXCETO AÇÕES	5%

3.6.1. A Classe poderá concentrar a totalidade de suas aplicações em cotas de uma mesma Classe Investida.

3.6.2. Os limites de concentração por emissor não serão aplicáveis com relação aos investimentos em ações, bônus, recibos de subscrição e certificados de depósito de ações admitidas à negociação em mercados organizados, cotas de classes tipificadas como ações e ETF, BDR e BDR-ETF todos de ações, caso a Composição da Carteira indicada neste Anexo permita investimento em tais ativos.

3.7. LIMITES DE CONCENTRAÇÃO POR MODALIDADE

Ativo	Mínimo	Máximo
Cotas de classes de investimento “CI” e cotas de classes de investimento em CI (“CIC-CI”) de FIF, destinadas exclusivamente a investidores em geral;	0%	100%
Cotas de classes “ETF” renda fixa admitidos à negociação em mercado organizado;	0%	100%
Cotas de classes “ETF” renda variável admitidos à negociação em mercado organizado;	0%	100%
Cotas de classes “ETF” não classificados como Renda Fixa e Renda Variável admitidos à negociação em mercado organizado;	0%	100%
BDR-Ações, BDR-Dívida Corporativa e BDR-ETF;	0%	100%

Cotas de classes de investimento "CI" e cotas de classes de investimento em CI ("CIC-CI") de FIF, destinadas exclusivamente a investidores qualificados;	0%	100%
Cotas de fundos de investimento imobiliário ("FII"), desde que as cotas sejam listadas em mercado organizado de bolsa;	0%	40%
Cotas de fundos de investimento em direitos creditórios ("FIDC");	0%	40%
Cotas de FIDC cuja política de investimentos admita a aplicação direta ou indireta em direitos creditórios não-padronizados;	0%	10%
Debêntures emitidas por companhias fechadas;	0%	40%
Certificados de recebíveis não previstos abaixo;	0%	40%
Certificados de recebíveis cujo lastro seja composto por direitos creditórios não-padronizados;	0%	10%
Cotas de classes de investimento "CI" e cotas de classes de investimento em CI ("CIC-CI") de FIF, destinadas exclusivamente a investidores profissionais;	0%	10%
Cotas de FIAGRO;	0%	30%
Cotas de FIAGRO não-padronizados;	0%	10%
Cotas de FIP;	Vedado	
Títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas nestes títulos;	0%	100%
Ouro, desde que adquirido ou alienado em negociações realizadas em mercado organizado;	0%	100%
Ações, bônus ou recibos de subscrição e certificados de depósito de ações admitidas à negociação em mercado organizado;	0%	100%
Títulos de emissão ou coobrigação de instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil;	0%	50%
Desde que tenham sido emitidas por companhias abertas e objeto de oferta pública: notas promissórias, debêntures e notas comerciais;	0%	50%
Ativos financeiros emitidos por pessoa física ou jurídica de direito privado que não sejam companhias abertas ou instituição financeira que tenham sido objeto de oferta pública ou debêntures emitidas por companhias fechadas;	0%	20%
Títulos e contratos de investimento coletivo, incluindo, mas não se limitando a contratos de investimento coletivo-hoteleiros;	0%	20%
Criptoativos, cotas de fundos locais, fundos ou veículos offshore e/ou ETFs sediados no exterior cujo principal fator de risco descrito nos seus documentos seja a exposição em cryptoativos;	Vedado	
Valores mobiliários emitidos por meio de plataformas eletrônicas de investimento participativo (Crowdfunding), desde que sejam objeto de escrituração realizada por escriturador autorizado pela CVM;	0%	20%
Créditos de descarbonização e créditos de carbono;	0%	20%

3.8. OUTROS LIMITES

CRÉDITO PRIVADO	MÍNIMO	MÁXIMO
-----------------	--------	--------

Total de aplicações em ativos ou modalidades operacionais de responsabilidade de pessoas jurídicas de direito privado, (exceto ações, bônus ou recibos de subscrição e certificados de depósito de ações, cotas de Fundos de índice, Brazilian Depositary Receipts ou emissores públicos outros que não a União Federal)	0%	33%
--	----	-----

ATIVOS NEGOCIADOS NO EXTERIOR		MÍNIMO	MÁXIMO
PERMITIDO		0%	40%
DETALHAMENTO DAS CONDIÇÕES DE INVESTIMENTO			
Fundos e veículos no exterior, inclusive ETF:	40%		
Ativos Finais no exterior:	40%		
Região Geográfica:	Toda e qualquer jurisdição.		
Outras informações relevantes:	N/A		

ADMINISTRADOR, GESTOR E LIGADAS	MÁXIMO	CONJUNTO
Títulos e valores mobiliários emitidos pelo Gestor e empresas do seu grupo econômico	20%	20%
Títulos e valores mobiliários emitidos pelo Administrador e empresas do seu grupo econômico	20%	20%
Cotas de Classes de Investimento administrados pelo Administrador e/ou de empresas ligadas	Ilimitado	Ilimitado
Cotas de Classes de Investimento geridos pelo Gestor e/ou de empresas ligadas	Ilimitado	Ilimitado
Ações de emissão do Administrador	Vedado	

3.7.1. Vedada aquisição de ações de emissão do Gestor ou de empresas de seu grupo econômico, exceto quando integrem índice geral representativo das ações de maior negociabilidade no mercado brasileiro e/ou a política de investimentos consista em buscar reproduzir índice de mercado do qual as ações do Gestor ou de companhias de seu grupo econômico venham a fazer parte, caso em que tais ações podem ser adquiridas na mesma proporção de sua participação no respectivo índice.

3.9. OPERAÇÕES DA CLASSE E DAS CLASSES INVESTIDAS

De contraparte com Gestor e Administrador	Permitido
Compromissadas reversas	Permitido
Day-trade	Permitido
Empréstimos Tomador	Permitido
Empréstimos Doador	Permitido
Que origem exposição a risco de capital sem cobertura ou margem de garantia	Permitido

3.10. POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS DERIVATIVOS (% DO PL)

	SIM / NÃO	MÍNIMO	MÁXIMO
Utiliza derivativos somente para proteção?	NÃO	N/A	N/A
Posicionamento e/ou Alavancagem	SIM	0%	Ilimitado
As Classes Investidas podem adotar estratégias com instrumentos derivativos, desta forma, a	SIM	0%	Ilimitado

Classe, indiretamente, está exposta aos riscos inerentes a tais estratégias quando adotadas pelas Classes Investidas.			
Margem bruta requerida máxima	SIM	0%	70%

3.10.1. Considera-se Margem Bruta o somatório das coberturas e margens de garantia, requeridas e potenciais, empregadas pela classe em relação às operações de sua Carteira.

3.10.2. A Classe e as Classes Investidas poderão utilizar seus ativos financeiros para prestação de garantias de operações próprias.

4. FATORES DE RISCOS ESPECÍFICOS DA CLASSE

RISCO DE MERCADO

Na tentativa de atingir seus objetivos de investimento, a Classe pode incorrer em riscos de mercado, aqui entendidos como variações adversas dos preços dos ativos financeiros (geralmente na direção contrária da posição assumida pela Classe naquele ativo/mercado) e que, eventualmente, podem produzir perdas para a Classe. Essas variações adversas podem vir por motivos macroeconômicos (p.ex. mudança de cenário político, crises internacionais) ou motivos microeconômicos (p.ex. informações incorretas divulgadas por empresas).

Descontinuidades de preços ("price jump"): os preços dos Ativos Financeiros nos quais a Classe aloca seus recursos podem sofrer alterações substanciais e imprevistas em função de eventos isolados, podendo afetar negativamente a Classe.

Os mercados derivativos podem deter um grau de risco (volatilidade) comparável à de um valor mobiliário de renda variável, de modo que operações com instrumentos derivativos podem acarretar perdas expressivas para a Classe.

RISCO DE CRÉDITO

Os ativos financeiros nos quais a Classe aloca seus recursos oferecem risco de crédito, definido como a probabilidade da ocorrência do não cumprimento do pagamento do principal e/ou do rendimento do ativo. Este risco pode estar associado tanto ao emissor do ativo (capacidade do emissor de honrar seu compromisso financeiro) bem como a contraparte da operação de compra/venda do ativo (capacidade da instituição contraparte - instituição financeira, governo, mercado organizado de Bolsa ou balcão, etc - de fazer cumprir a operação previamente realizada).

RISCO DE LIQUIDEZ

Caracteriza-se pela possibilidade de redução ou mesmo inexistência de demanda pelos ativos financeiros integrantes da Carteira da Classe e/ou das Classes Investidas, nos respectivos mercados em que são negociados. Em virtude de tais riscos, o Gestor da Classe poderá encontrar dificuldades para liquidar posições ou negociar tais ativos financeiros no tempo e pelo preço desejados, podendo, inclusive, ser obrigado a aceitar descontos nos preços de forma a viabilizar a negociação.

RISCO DE PRECIFICAÇÃO

A precificação dos ativos financeiros integrantes da Carteira da Classe e/ou das Classes Investidas é realizada de acordo com os critérios e procedimentos estabelecidos na regulamentação em vigor. Referidos critérios, tais como os de marcação a

	mercado, poderão ocasionar variações nos valores dos ativos financeiros integrantes da Carteira da Classe e/ou das Classes Investidas, resultando em aumento ou redução no valor das cotas da Classe.
RISCO DE CONCENTRAÇÃO	A concentração de investimentos da Classe e/ou das Classes Investidas em um mesmo ativo financeiro pode potencializar a exposição da Carteira aos riscos aqui mencionados. De acordo com a política de investimento, a classe pode estar, ainda, exposta a significativa concentração em ativos financeiros de poucos ou de um mesmo emissor, com os riscos daí decorrentes.
RISCO DO CUSTODIANTE	Os ativos financeiros da Classe correm o risco de quebra da instituição custodiante ou qualquer evento que resulte em perda dos registros de negociação e propriedade
RISCO DE RETENÇÃO DE CLASSES	Planos econômicos podem reter as disponibilidades da Classe em contas bancárias ou estender o prazo de crédito de títulos detidos na Carteira.
RISCO DE IMPACTO DE RESGATES EXPRESSIVOS	Apesar da exigência de pré-aviso de 60 (sessenta) dias prévios a data do resgate, quantias muito expressivas podem fazer a Classe incorrer em elevados custos de transação a depender das condições do mercado. Além disto tais operações podem impactar negativamente o preço de posições existentes na Carteira da Classe.
RISCO DE DETERIORAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE LIQUIDEZ	As condições de liquidez são variáveis e tendem a piorar nos momentos de crise. É possível que a Carteira da Classe passe de líquida a ilíquida apenas pela deterioração do mercado. Ausência de liquidez traz outros agravantes como mais volatilidade à Carteira da Classe e em caso de alavancagem uma eventual incapacidade de saldar compromissos financeiros.
RISCO DE USO DE ALAVANCAGEM	A alavancagem amplifica os retornos da Carteira. Receitas de investimentos e ganhos de capital adicionais realizados com recursos de terceiros que excedem os custos incorridos em juros, fazem aumentar o valor da cota de forma mais rápida do que aconteceria se capitais de terceiros não tivessem sido utilizados. Da mesma forma, quando os custos de juros são mais altos que as receitas de investimentos e os ganhos de capital, o valor da cota sofre um decréscimo. A alavancagem pode levar à insolvência a Classe e a chamada de aporte de capital dos cotistas.
RISCO DE MERCADO EXTERNO	Caso a Composição da Carteira indicada neste Regulamento permita investimentos em ativos financeiros negociados no exterior, sua performance pode ser afetada por requisitos legais ou regulatórios, por exigências tributárias relativas a todos os países nos quais ele invista ou, ainda, pela variação do Real em relação a outras moedas. Os investimentos da Classe estarão expostos a alterações nas condições política, econômica ou social nos países onde investe, o que pode afetar negativamente o valor de seus ativos financeiros. Podem ocorrer atrasos na transferência de juros, dividendos, ganhos de capital ou principal, entre países onde a Classe invista e o Brasil, o que pode interferir na liquidez e no desempenho da Classe.

RISCO DE CAPITAL

Caso a Política da Classe permita, direta ou indiretamente, realizar operações com ativos e derivativos, inclusive, mas não limitadamente, por meio da sintetização de posições compradas e vendidas, que poderão resultar em significativas perdas patrimoniais para a Classe, inclusive com a ocorrência de patrimônio líquido negativo.

RISCOS DE PERDAS PATRIMONIAIS E RESPONSABILIDADE LIMITADA

Os Cotistas poderão, em decorrência das operações da Classe, sofrer significativas perdas patrimoniais, inclusive a perda de todo o capital por eles aportado, havendo, ainda, a possibilidade de ocorrência de patrimônio líquido negativo da Classe. Constatado o patrimônio líquido negativo, a Classe estará sujeita à insolvência.

5. REMUNERAÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS

5.1. TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

Os critérios e método para a cobrança da Taxa de Administração, bem como seu valor devem ser consultados no Apêndice da respectiva Subclasse.

5.2. TAXA DE GESTÃO

Os critérios e método para a cobrança da Taxa de Gestão, bem como seu valor devem ser consultados no Apêndice da respectiva Subclasse.

5.3. TAXA MÁXIMA DE CUSTÓDIA

A forma e valor de cobrança da Taxa Máxima de Custódia devem ser consultados no Apêndice da respectiva Subclasse.

5.4. TAXA MÁXIMA DE DISTRIBUIÇÃO

A forma e valor de cobrança da Taxa Máxima de Distribuição devem ser consultados no Apêndice da respectiva Subclasse.

5.5. TAXA DE PERFORMANCE

Os critérios e método para a cobrança de Taxa de Performance, bem como seu valor, devem ser consultados no Apêndice da respectiva Subclasse.

6. DAS COTAS DA CLASSE

6.1. Os procedimentos e informações a seguir descritos são comuns às Subclasses. As condições de aplicação, resgate, amortização e permanência nas Subclasses devem ser consultadas no Apêndice da respectiva Subclasse.

6.2. FORMA E PERIODICIDADE DE CÁLCULO DAS COTAS

Cota calculada e divulgada diariamente, no momento de fechamento dos mercados.

6.3. FERIADOS

Para efeito de emissão de cotas, de conversão de cotas para fins de resgates e de contagem de prazo entre a data de cotização e a data de liquidação de resgates, não serão considerados como dias úteis: feriados nacionais ou em dias em que o mercado financeiro e/ou a B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão não estiver em funcionamento.

6.4. RECUSA DE APLICAÇÕES

A admissão de investidores e/ou a transferência de titularidade de Cotas fica sujeita à validação, pelo Administrador e/ou Distribuidor, do atendimento das formalidades estabelecidas no Regulamento, Anexo e/ou Apêndice, bem como na regulamentação em vigor, podendo, a exclusivo critério destes prestadores de serviço, ser recusada a transferência de titularidade de cotas e/ou o investimento de determinados investidores, levando em conta aspectos de prevenção à lavagem de dinheiro e adequação ao perfil do investidor.

7. ASSEMBLEIA ESPECIAL DE COTISTAS

7.1. COMPETÊNCIA	Compete privativamente à Assembleia Especial de Cotistas da Classe deliberar pelas seguintes matérias indicadas: i) as demonstrações contábeis da Classe; ii) a substituição de Prestador de Serviço Essencial e a consequente cisão da Classe; iii) a fusão, a incorporação, a cisão, total ou parcial, a transformação ou a liquidação da classe de cotas; iv) alteração do presente Anexo; v) o plano de resolução de patrimônio líquido negativo; vi) pedido de declaração judicial de insolvência da classe de cotas; vii) a amortização e o resgate compulsório de cotas. As matérias de interesse específico de uma Subclasse competirão privativamente à Assembleia Especial de Cotistas da Subclasse interessada, em que participarão apenas Cotistas que constem do registro de Cotistas da Subclasse em questão.
7.2. QUÓRUMS	As deliberações da Assembleia Especial de Cotistas serão todas tomadas por maioria dos votos dos Cotistas presentes.

8. INSOLVÊNCIA DA CLASSE

8.1. PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO	A existência de um passivo exigível superior ao ativo total da Classe configura um patrimônio líquido negativo. Nestas ocasiões, a liquidação integral do ativo da Classe não será suficiente para a satisfação das obrigações por ela assumidas.
8.2. SEGREGAÇÃO PATRIMONIAL	As Classes deste Fundo possuem patrimônios segregados entre si, com direitos e obrigações distintos, nos termos do Código Civil, conforme regulamentado pela Resolução. Caso o patrimônio líquido desta Classe se torne negativo, não haverá transferência das obrigações e direitos desta Classe às demais que integrem o Fundo. Não há solidariedade ou qualquer outra forma de coobrigação entre as Classes.
8.3. LIMITAÇÃO DA RESPONSABILIDADE	A responsabilidade dos Cotistas desta Classe é limitada ao valor por eles subscrito, nos termos do artigo 1.368-D, inciso I, do Código Civil e na Resolução. Desta forma, os Cotistas não poderão ser demandados a arcar com quaisquer obrigações assumidas pela Classe em valor superior ao valor por eles subscritos para reverter o patrimônio líquido negativo da Classe.
8.4. DELIBERAÇÃO DOS COTISTAS SOBRE A INSOLVÊNCIA	Constatado o patrimônio líquido negativo e percorrido o processo previsto na regulamentação vigente, o Administrador da Classe deverá, obrigatoriamente, submeter para deliberação pelos Cotistas a decisão sobre o ingresso do pedido de declaração de insolvência da Classe, observado ainda o disposto na Resolução.
8.5. REGIME DE INSOLVÊNCIA	A deliberação dos Cotistas pela insolvência da Classe obriga o Administrador da Classe a requerer judicialmente a declaração de insolvência. Por força do regime de segregação patrimonial, os credores da Classe não poderão recorrer ao patrimônio de outras Classes do Fundo, e nem poderão recorrer ao patrimônio pessoal dos Cotistas da Classe posto que a responsabilidade destes é limitada ao valor por eles subscrito.

Em qualquer caso, serão aplicáveis os efeitos da insolvência somente em relação à classe de investimentos a que se atribuem as obrigações e dívidas que deram causa ao requerimento de declaração de insolvência.

9. EVENTOS DE AVALIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

9.1. EVENTOS DE AVALIAÇÃO

Caso tenha ciência de qualquer pedido de declaração judicial de insolvência do patrimônio da Classe.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. OBRIGAÇÕES LEGAIS E CONTRATUAIS

A Classe responde por todas as obrigações legais e contratuais por ela assumidas, não respondendo os prestadores de serviços por tais obrigações, salvo nas hipóteses de prejuízos causados quando procederem com dolo ou má-fé.

10.2. SEGREGAÇÃO PATRIMONIAL

As classes de cotas do fundo de investimento possuem patrimônios segregados entre si, com direitos e obrigações distintos, nos termos da Lei de Liberdade Econômica (Lei nº 13.874/2019) conforme regulamentada pela Resolução. Caso o patrimônio líquido de uma classe se torne negativo, não haverá transferência das obrigações e direitos desta classe às demais que integrem o mesmo fundo de investimento. Não há, em qualquer hipótese, solidariedade ou qualquer outra forma de coobrigação entre classes.

10.3. DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

Os resultados oriundos dos ativos financeiros integrantes da Carteira da Classe serão incorporados ao seu patrimônio.

10.4. LIQUIDAÇÃO DA CLASSE

A Classe poderá ser liquidada por deliberação de Assembleia Especial de Cotistas, devendo, para tanto, ser apresentado aos Cotistas um plano de liquidação elaborado conjuntamente pelo Gestor e Administrador, que deverá conter, no mínimo, prazos e condições detalhadas para fins da entrega dos valores ou, conforme o caso, ativos, aos Cotistas, além das respectivas justificativas para arbitramento de tais prazos e condições, conforme aplicável.

10.5. POLÍTICA DE VOTO DO GESTOR

O Gestor desta classe poderá adotar política de exercício de direito de voto em assembleias, que disciplina os princípios gerais, o processo decisório e quais são as matérias relevantes obrigatórias para o exercício do direito de voto. Tal política orienta as decisões do Gestor em assembleias de detentores de ativos que confirmam aos seus titulares o direito de voto. A versão integral da Política de Voto do Gestor, caso haja, encontra-se disponível no website do Gestor.



APÊNDICE

POLO TOTAL RETURN CLASSE DE
INVESTIMENTO MULTIMERCADO –
RESPONSABILIDADE LIMITADA
CNPJ 07.914.903/0001-27



POLO TOTAL RETURN FUNDO DE
INVESTIMENTO FINANCEIRO
CNPJ 07.914.903/0001-27

VIGÊNCIA: 19/06/2026

1. INTERPRETAÇÃO

1.1. INTERPRETAÇÃO CONJUNTA

ESTE APÊNDICE DEVE SER LIDO E INTERPRETADO EM CONJUNTO COM SEU REGULAMENTO E ANEXO, E A REGULAMENTAÇÃO EM VIGOR APLICÁVEL AOS FUNDOS DE INVESTIMENTO, NOTADAMENTE O ANEXO NORMATIVO I DA RESOLUÇÃO.

1.2. TERMOS DEFINIDOS

Exceto se expressamente disposto de forma contrária, os termos utilizados neste Apêndice terão o significado atribuído na regulamentação em vigor ou o significado atribuído no Regulamento e Anexo.

Todas as palavras, expressões e abreviações utilizadas no Apêndice, seu Regulamento e Anexo com as letras iniciais maiúsculas referem-se a este Fundo, Classe e/ou Subclasse, conforme aplicável.

As menções a classes de investimento, ou “CI”, e classes de investimento em cotas de classes de investimento, ou “CIC-CI”, também abarcarão os fundos de investimento e os fundos de investimento em cotas de fundos de investimento.

1.3. ORIENTAÇÕES GERAIS

O Regulamento dispõe sobre informações gerais do Fundo e comuns às suas Classes.

O Anexo, que integra o Regulamento, dispõe sobre informações específicas da Classe e comuns às suas Subclasses.

Este Apêndice, que integra o Anexo, dispõe sobre informações específicas da Subclasse.

2. CARACTERÍSTICAS DA SUBCLASSE

2.1. PÚBLICO-ALVO

A Subclasse é destinada a receber aplicações de fundos, Carteiras e outros veículos de investimento destinados exclusivamente à investidores qualificados e que sejam geridos pelo Gestor e/ou por empresas a ele ligadas.

2.2. PRAZO DE DURAÇÃO

Indeterminado.

3. REMUNERAÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS

3.1. TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

Taxa de Administração: Não há.

Base de Cálculo: Patrimônio Líquido atribuível à Subclasse

Provisionamento: diário

Pagamento: Mensal

Data de Pagamento: 5º (quinto) dia útil do mês subsequente

3.2. TAXA DE GESTÃO

Taxa de Gestão: Não há.

Base de Cálculo: Patrimônio Líquido atribuível à Subclasse

Provisionamento: diário

Pagamento: Mensal

Data de Pagamento: 5º (quinto) dia útil do mês subsequente

3.3. TAXA MÁXIMA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

As classes de investimento em que a Classe investe estão sujeitas a taxas de administração e gestão próprias, de forma que a efetiva Taxa de Administração e Gestão da Subclasse pode variar até o valor da Taxa Máxima de Administração e Taxa Máxima de Gestão, que considera também as taxas cobradas pelas classes investidas as quais a regulamentação em vigor exige consolidação, conforme abaixo indicada.

Taxa Máxima de Administração e Gestão: 0,10% a.a.

Base de Cálculo: Patrimônio Líquido atribuível à Subclasse.

3.4. TAXA MÁXIMA DE CUSTÓDIA

Taxa Máxima de Custódia: 0,055% a.a. sobre o valor do patrimônio líquido da Classe, ou uma Sendo o mínimo mensal de R\$ 17.783,57, corrigidos anualmente todo mês de janeiro pelo índice IGP-M, com base em janeiro/2025, ou o que for maior.

Base de Cálculo: Patrimônio Líquido atribuível à Subclasse

Provisionamento: diário

Pagamento: Mensal

Data de Pagamento: 5º (quinto) dia útil do mês subsequente

3.5. TAXA MÁXIMA DE DISTRIBUIÇÃO

Não há.

3.6. TAXA DE PERFORMANCE

Não será cobrada a Taxa de Performance.

3.7. TAXA DE INGRESSO E TAXA DE SAÍDA

Não será cobrada Taxa de Ingresso e/ou Taxa de Saída.

4. DAS COTAS DA SUBCLASSE

4.1. CONDIÇÕES PARA APLICAÇÃO

a) CONVERSÃO/COTIZAÇÃO

D+1 para os recursos disponibilizados ao Administrador até às 16 horas (considerados apenas dias úteis).

b) TAXA DE INGRESSO

Não há.

4.2. CONDIÇÕES PARA RESGATE	c) FORMA DE INTEGRALIZAÇÃO	Moeda corrente nacional e entrega de ativos financeiros, desde que compatível com a política de investimentos da Classe e aprovados pelo Gestor.
	a) JANELAS DE RESGATE	Não há.
	b) CARÊNCIA	Não há.
	c) CONVERSÃO	D+0 (considerados apenas dias úteis).
	d) PAGAMENTO	D+2 da conversão (considerados apenas dias úteis).
	e) TAXA DE SAÍDA	Não há.
4.3. RESGATE COMPULSÓRIO	f) FORMA DE PAGAMENTO	Crédito em conta ou qualquer meio de pagamento permitido pela regulamentação bancária, ou mediante a entrega de ativos financeiros.
	a) POSSIBILIDADE	Permitido.
	b) HIPÓTESES	A decisão ficará a cargo dos Cotistas em Assembleia Especial.

4.4. Condições adicionais de ingresso e retirada da Subclasse, inclusive eventuais valores mínimos de permanência e movimentação, poderão ser consultadas no *Website* do Administrador.

4.5. Na emissão, integralização de cotas bem como no pagamento da amortização e do resgate em ativos financeiros, será utilizado o valor dos ativos financeiros precificados na Carteira da Classe segundo as regras e procedimentos estabelecidos no Manual de Marcação a Mercado do Administrador.

4.6. As cotas da Classe não serão negociadas em bolsa de valores e/ou em mercados de balcão organizado.

5. ASSEMBLEIA ESPECIAL DE COTISTAS

5.1. COMPETÊNCIA	Compete privativamente à Assembleia Especial de Cotistas da Subclasse deliberar pelas seguintes matérias indicadas: i) a fusão, a incorporação, a cisão, total ou parcial, a transformação ou a liquidação da Subclasse de cotas; ii) novas emissões de cotas da Subclasse em volume superior ao do patrimônio autorizado; iii) a amortização e o resgate compulsório de cotas; e iv) alteração do presente Apêndice.
5.2. QUÓRUNS	As deliberações da Assembleia Especial de Cotistas serão todas tomadas por maioria dos votos dos Cotistas presentes.

6. DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1. DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS	Os resultados oriundos dos ativos financeiros integrantes da Carteira da Classe serão incorporados ao seu patrimônio.
--	---

6.2. LIQUIDAÇÃO DA SUBCLASSE

A Subclasse poderá ser liquidada por deliberação de Assembleia Especial de Cotistas, devendo, para tanto, ser apresentado aos Cotistas um plano de liquidação elaborado conjuntamente pelo Gestor e Administrador, que deverá conter, no mínimo, prazos e condições detalhadas para fins da entrega dos valores ou, conforme o caso, ativos, aos Cotistas, além das respectivas justificativas para arbitramento de tais prazos e condições, conforme aplicável.